

Estudo sobre perdão da dívida inquieta os bancos e governos

por Paulo Sotero
de Washington

Algumas grandes instituições financeiras dos Estados Unidos gastaram parte do dia de ontem preocupadas em tranquilizar o Departamento do Tesouro, o Federal Reserve Board (Fed, o banco central norte-americano) e os bancos centrais de outros países industrializados, que ainda gostam do Plano Baker, a iniciativa que o ex-secretário do Tesouro James A. Baker III (atual diretor da campanha eleitoral do vice-presidente George Bush) anunciou em 1985 para o problema da dívida.

Dúvidas a respeito do plano inquietaram os governos de vários países credores depois que o Financial Times noticiou, em artigo de primeira página de sua edição de ontem (ver matéria abaixo), que um importante grupo de grandes bancos americanos, frustrados com os pálidos resultados produzidos pela estratégia da dívida seguida até agora, se havia desviado do Plano Baker e propunham, agora, "o perdão parcial da dívida das nações do Terceiro Mundo" como um ingrediente "talvez essencial para qualquer solução permanente do problema da dívida", juntamente com novos empréstimos.

O Financial Times referia-se às conclusões de um estudo realizado nos últimos seis meses por um painel de representantes graduados de grandes bancos comerciais e de desenvolvimento, sob os auspícios da US United Nations Association. Um dos aspectos que certamente chamou a atenção do Financial Times é que o rela-

tório foi elaborado sob a presidência de dois pesos-pesados da comunidade financeira, Anthony Solomon, ex-presidente do Federal Reserve Bank de Nova York e hoje presidente da S.G. Warburg, a subsidiária americana do banco de investimentos inglês, e de Rodney Wagner, vice-presidente sênior do Morgan Guaranty. Além disso, suas conclusões ganharam o endosso de figuras como William R. Rhodes, o executivo do Citicorp que nos últimos cinco anos atuou como negociador-mor da dívida e defensor incansável da estratégia convencional estipulada pelo Plano Baker.

CRÍTICAS DO POST

O Washington Post, que também noticiou as conclusões do estudo, as interpretou de forma idêntica ao Financial Times. "O painel (de banqueiros) criticou os ricos países credores, como também o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) por resistirem à tendência de maior flexibilidade e à busca de soluções inovadoras para o problema da dívida", escreveu o Post. De acordo com o jornal, embora o relatório reconheça que a estratégia atual produziu alguns êxitos notáveis, ele afirma que, "após seis anos de crise, o objetivo de normalização das relações entre os países devedores e os bancos ainda não foi alcançado. Aos olhos dos mercados financeiros, quase todos os países que renegociaram suas dívidas a partir de 1982 continuam sem crédito" e "vulneráveis a mudanças na economia mundial".

Segundo o Post, o relatório adverte que um aumen-

to de dois pontos nas taxas de juro internacionais desde o início de 1988 adicionará pelo menos US\$ 8 bilhões aos custos do serviço da dívida e avisa que "novos aumentos podem ocorrer".

A principal proposta do grupo é a intensificação dos esquemas de redução da dívida, por meio da troca de empréstimos passados por novos empréstimos, com garantias do BIRD e do FMI equivalentes "a alguns anos de juros".

Ontem, a U.S. United National Association, que é uma organização privada, enviou aos bancos cópia de uma carta que mandou ao Financial Times desmentindo que o estudo tenha proposto um distanciamento do Plano Baker ou admita a validade ou necessidade do perdão, ainda que parcial, da dívida. "Como você sabe, nós não gostamos de coisas revolucionárias", disse o porta-voz de uma das instituições signatárias do relatório.

Que um painel de bancos presidido por executivos do Morgan Guaranty e do Warburg tenha defendido publicamente a participação dos governos como avalistas de operação de conversão não surpreende. Rodney, do Morgan, foi o arquiteto do primeiro grande plano de conversão da dívida mexicana, feito no ano passado com o apoio e participação — sem ônus — do Tesouro americano (a parte da dívida mexicana convertida foi avalizada por uma emissão especial de Letras do Tesouro dos EUA com vinte anos de vencimento adquiridas ao valor presente pelo governo mexicano. O Warburg, por sua vez, tem estado ativo no mercado da conver-

são e chegou a assessorar o governo brasileiro, juntamente com o First Boston, no desenvolvimento de uma emissão de bônus durante a breve passagem de Luiz Carlos Bresser Pereira no Ministério da Fazenda.

OPORTUNIDADE

O momento escolhido para a divulgação do estudo — ele será oficialmente apresentado ao público na semana que vem, em Washington — também não é fortuito e certamente foi calibrado para reintroduzir a proposta sobre esquemas de garantia oficial para operações de conversão (que implicam, sim, perdão parcial da dívida) às vésperas do encontro anual do BIRD e do FMI, em Berlim, onde as autoridades econômicas dos países industrializados se encontraram. Há um importante racha, entre elas, a respeito do assunto, como ficou claro no caso da negociação do "pacote" financeiro brasileiro, primeiro semestre deste ano. O Japão, que tem sobra de dinheiro em caixa e um risco relativamente pequeno de seus bancos privados, apoiou a conceito da garantia oficial às operações de co-financiamento dos bancos comerciais com o BIRD. Uma vez aceita nesse contexto, seria mais fácil usar a idéia da garantia oficial em outras operações. Os Estados Unidos, constrangidos por seu enorme déficit fiscal, consideraram a proposta uma forma politicamente inviável de salvar a cara dos bancos e a rejeitaram terminantemente. A esperança dos banqueiros, é óbvio, é que o assunto volte à mesa de discussões em Berlim, no final deste mês.